

17/01/2019 às 05h00

Otimismo do mercado 'é só o começo', diz governo

Por Fabio Graner | De Brasília



Enquanto prepara a proposta de reforma da Previdência, a equipe econômica avalia que o rali dos mercados nas últimas semanas é apenas o começo de um movimento positivo que deve perdurar e se acentuar se a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) for aprovada. Por isso, já não se descarta crescimento de 3,5% para o PIB este ano.

Por outro lado, a leitura é que, sem reforma, a economia repetirá o padrão dos últimos dois anos, com expansão inferior a 2%. Por ora, a projeção oficial do governo segue a feita ainda na era Michel Temer e que está alinhada à média do mercado, embora haja um "viés de alta" apontado nas planilhas do governo.

O aspecto-chave dado à reforma da Previdência está relacionado diretamente às expectativas. Só a percepção positiva sobre as discussões internas do governo e a leitura de que há grande chance de avanços no Legislativo já derrubaram as taxas de juros e a cotação do dólar.

Essa melhoria das condições financeiras, se mantida, se traduz para a economia real em mais crédito e mais disposição de investimento e consumo por empresas e famílias.

Fontes da área econômica lembram que historicamente, no Brasil e no mundo, episódios de recessão profunda são seguidos por forte crescimento econômico. No Brasil isso não ocorreu nesse momento mais recente, fato atribuído às incertezas políticas e ao não avanço da reforma previdenciária, considerada crucial para resolver de forma sustentável o problema fiscal brasileiro.

De qualquer forma, a leitura é que a perspectiva é favorável ao avanço da reforma e isso já está sendo antecipado. Mas ainda há muito espaço para melhora de humor do mercado e impactos econômicos reais, à medida que ela avançar no Congresso e se realmente for aprovada.

Para o economista Rogério Studart, associado ao Brookings Institutions e ex-diretor-executivo do Brasil no Banco Mundial, o cenário deste ano de fato estaria mais favorável a um crescimento econômico mais acelerado. Segundo ele, um dos motivos é que está saindo de cena o fator "espera do que vai acontecer", que vinha represando decisões de consumo e investimento no Brasil.

Além disso, ele acredita que haverá uma maior execução de projetos de investimentos no âmbito do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), atraindo recursos locais e estrangeiros que estavam "empoçados" e em busca de um lugar para investir. "As privatizações também vão criar algum investimento inicialmente - como ocorreu no começo dos anos 90", disse. "Se uma parte deste cenário se realizar, aumentamos o investimento em construção - com efeitos diretos no emprego", acrescentou.

Para ele, deve haver também um efeito de expectativas. "Sem ter feito nada, o governo vai ser visto como 'na direção correta' pelo mercado. O pessoal empregado vai dar mais apoio, e ninguém resistirá às reformas - o governo aprova quase tudo que quer. O resultado é que os investidores externos vão se interessar pelos ganhos rápidos e vai aumentar o fluxo de investimentos estrangeiros", avaliou, ponderando que tal quadro supõe que não haja uma crise internacional.

Crítico da política que chamou de "ajustecídio" dos últimos anos, Studart aponta que, se esse ciclo de recuperação se confirmar, a tendência é que isso ocorra com deterioração de salários de trabalhadores e aumento na desigualdade social. "Estaremos na mesma situação da recuperação americana depois de 2009: os pobres e classe média baixa não terão fôlego para contribuir para o consumo. Cresceremos com muita fragilidade, desigualdade e com competitividade baixa", afirmou.